

**A GUINADA AMBIENTAL NA SOCIOLOGIA: CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICA,  
METODOLÓGICA E NORMATIVA**

***THE OVERTURN IN ENVIRONMENTAL SOCIOLOGY: CONSIDERATIONS EPISTEMOLOGICAL,  
METHODOLOGY AND NORMATIVE***

Marcos Antonio Mattedi<sup>1</sup>

**Resumo**

O artigo aborda o tema do processo de incorporação da problemática ambiental na sociologia. Objetiva debater as implicações epistemológicas e normativas deste processo. Sustenta que a incorporação da problemática ambiental na sociologia redefiniu seu princípio de explicação: a autonomia da sociedade com relação à natureza. Para desenvolver este argumento, o artigo foi dividido em quatro partes principais. Na primeira parte, trata dos fatores que condicionaram a incorporação da problemática ambiental na sociologia. Na segunda parte, a atenção se concentra nas estratégias de recepção epistemológicas. Na terceira parte, enfoca os procedimentos metodológicos envolvidos na pesquisa da problemática ambiental na sociologia. Na quarta parte, aborda os desdobramentos normativos extraídos da interpretação sociológica da problemática. Com exercício de síntese apresentaremos algumas conclusões e recomendações.

**Palavras-chave:** Problemática Ambiental; Epistemologia; Metodologia; Construção do Objeto.

---

**Artigo Científico:** Recebido em 27/11/2015 – Aprovado em 05/12/2015

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP, com Estágio Pós-Doutoral no Centre de Sociologie de La Innovation/ENSMP. Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento regional da Universidade regional de Blumenau. E-mail: [mattediblu@gmail.com](mailto:mattediblu@gmail.com) (autor correspondente)

### **Abstract**

*The article discusses the issue of the incorporation process of environmental issues in sociology. Aims to discuss the epistemological and normative implications of this process. It maintains that the incorporation of environmental issues in sociology redefined its explanatory principle: the autonomy of society in relation to nature. To develop this argument, the article is divided into four main parts. The first part deals with the factors that conditioned the incorporation of environmental issues in sociology. In the second part, attention focuses on the epistemological reception strategies. The third part focuses on the methodological procedures involved in research of environmental issues in sociology. The fourth part discusses the normative implications drawn from sociological interpretation of the issue. As synthesis exercise will present some conclusions and recommendations.*

**Keywords:** *Environmental Issue; Epistemology; Methodology; Construction of the Object.*

### **1 A guinada ambiental da sociologia: visões e divisões**

A sociologia descreve em si mesmo como uma ciência que estuda a sociedade moderna. Isto significa que os sociólogos ao tentarem explicar a conversão da sociedade moderna em objeto de estudo científico, recorrem aos efeitos das transformações postas em operação pelo próprio surgimento da sociedade moderna. Assim, enquanto uma disciplina científica, a sociologia compreende uma forma de organização do conhecimento que, apesar das diferenças entre seus praticantes, surgiu e se desenvolveu no processo da divisão do trabalho científico. Esta forma de organização de conhecimento científico foi instituída no Século XIX, notadamente com a formação da universidade moderna (BEN-DAVID, 1974).

Na divisão do trabalho que caracteriza a universidade moderna, num extremo encontrava-se a matemática e as ciências naturais experimentais (física, química, biologia, geografia), no outro, encontra-se as humanidades, começando pela filosofia, seguida do estudo das práticas artísticas formais (literatura, pintura, escultura, musicologia). Entre essa divisão situava-se as ciências sociais (economia, ciência política, sociologia, história, antropologia), destinada ao estudo do mundo social. No interior das ciências sociais estabelecia-se uma subdivisão do trabalho no estudo do mundo social, entre as ciências que estudavam o mundo social moderno (economia, ciência política, sociologia) e o mundo social não moderno (antropologia e estudos orientais) (WALLERSTEIN, 1991, 1996). Neste contexto institucional a sociologia responderia pela investigação da sequência de acontecimentos

provocados pela dinâmica de modernização capitalista, mais precisamente, pelas patologias geradas pela dissolução das sociedades tradicionais e constituição das sociedades modernas (HABERMAS, 1987). Desta forma, a sociedade moderna forjou as condições sociais que possibilitaram a reflexão científica da sociedade, ao mesmo tempo em que delimitou também o surgimento dos contornos de seu objeto de estudo.

Esta forma de especialização disciplinar culminou com o estabelecimento de um dualismo: a interpretação naturalista da sociedade e a interpretação culturalista da sociedade. Por um lado, o movimento de autonomização disciplinar procurou integrar a sociologia no campo científico através da adoção do método das ciências naturais e pela diferenciação de um objeto específico de estudo com relação às demais ciências sociais (BILLAUD, 1992). Com isso, a maior parte das teorias sociais foram construídas usando como base analogias extraídas das ciências naturais. A sociedade foi descrita de forma semelhante a um organismo, ou uma máquina, enquanto que os indivíduos interpretados em função dos intercâmbios energéticos ou materiais mantidos com o ambiente natural (DICKENS, 1996). Por outro lado, observase um movimento de especialização disciplinar que defende o estabelecimento de um método de estudo específico para a sociologia, mas que não resguarda uma especialização com relação ao objeto de estudo. Com isso, ao longo dos últimos duzentos anos, nos acostumamos a considerar a natureza como uma entidade exterior à sociedade.

A representação da natureza como uma entidade exterior à sociedade não é algo acidental, mas foi

moldada à medida que se consolidava e se expandia a dominação que o capitalismo industrial exerce sobre a natureza. Apesar da centralidade dessa experiência na sociedade moderna, o exame das teorias sociais, em busca de um modelo de análise que permita uma interpretação dos problemas ambientais, indica que os sociólogos devotaram pouca atenção para as relações sociedade/natureza (REDCLIFT; WOODGATE, 1997). A preocupação dos sociólogos clássicos com a relação sociedade/natureza limita-se ao modo como as sociedades tradicionais haviam sido controladas pelo ambiente, em contraposição às sociedades modernas que conseguiram ultrapassar estas barreiras. Assim, as teorias sociais do século XIX, e também suas versões modificadas do Século XX, representaram a natureza como algo dado e, portanto, como algo que se contrapõe à sociedade (BECK, 1996). Desta forma, a natureza em geral e os problemas ambientais em particular não puderam ser percebidos como um problema sociológico relevante, pois a sociedade moderna era concebida de forma autônoma com relação à natureza. A emergência da problemática ambiental vem desempenhando um papel decisivo no movimento de renovação do debate sociológico nas últimas décadas. Isto significa que a natureza não pode ser pensada sem a sociedade e a sociedade não pode ser pensada sem a natureza.

A natureza converteu-se num produto histórico que passou a ser produzido através de um processo de construção material e simbólica. Consequentemente, a destruição da natureza converteu-se num componente essencial da dinâmica de reprodução social, econômica e política. Esta ampliação dos horizontes das análises sociológicas estimulou uma revisão dos parâmetros cognitivos da sociologia. A incorporação da problemática ambiental na agenda de pesquisa sociológica revelou que a caracterização predominante da sociedade moderna era descrita como um conjunto de relações sociais que se reproduzia de forma independente da natureza. A negação da natureza na delimitação do objeto decorria, por um lado, da busca obsessiva pela autonomia disciplinar e, por outro, da incapacidade de reconhecer na natureza um núcleo temático relevante. Este procedimento tem dificultado a identificação das relações de dependências e conflitualidades abertas pela transformação dos laços que ligam a sociedade à

natureza nas últimas décadas. A cada novo patamar de desenvolvimento da sociedade moderna, evidencia-se um grau mais intenso de comprometimento da capacidade de suporte assimilativa e regenerativa do ambiente natural, o que tende a reconfigurar as relações sociais.

Este processo vem adquirindo uma dimensão inquietante, na medida em que a abrangência e a magnitude dos impactos desencadeados por esta sobrecarga alcançaram uma escala global. Se as possibilidades teóricas da sociologia clássica de descrever estes processos se mostram cada vez menos satisfatórias, a questão aberta pela tentativa de abordagem das origens e efeitos da destruição da natureza na sociedade moderna não se restringe à necessidade de aperfeiçoamento da teoria do conhecimento sociológico, mas abrange também a redefinição dos marcos de referências que definem os próprios contornos do objeto de estudo: a capacidade da sociedade moderna de agir sobre si mesma. Há pouco mais de trinta anos, contudo, a preocupação com as relações sociedade/natureza restringia-se a uma área de interesse subdisciplinar, circunscrita, principalmente, ao conjunto de pesquisa relacionada à Ecologia Humana.

No âmbito do programa original esboçado pela Escola de Chicago, as consequências das relações sociedade/natureza eram tratadas através da investigação das estruturas que possibilitavam a adaptação de comunidades humanas ao ambiente. Por meio do enfoque sistêmico, o ambiente (natureza) representava o pólo com o qual o sistema (sociedade) estabelecia intercâmbio de ordem material, energético ou informacional decisivos para sua sobrevivência. Neste quadro de referência, os problemas ambientais eram descritos como resultado da desadaptação desses padrões de intervenção humana na natureza, em termos de mudanças ou desequilíbrios impostos ao meio ambiente pelas formas de troca. Contrastada com a tradição clássica, a identificação do *feedback* negativo representou um avanço na caracterização sociológica das relações sociedade/natureza. Muito embora esta matriz analítica tenha sido continuamente alienada por uma variedade de estudos altamente especializados e empiricamente documentados, o conceito de adaptação converteu-se numa espécie de anátema sociológica no estudo dos problemas ambientais.

De fato, a guinada ambiental na sociologia não esta relacionada apenas à tentativa de aperfeiçoamento dos dispositivos analíticos que possibilitam o enquadramento mais preciso das relações sociedade/natureza, mas, principalmente, à comoção gerada pela percepção do agravamento dos problemas ambientais. A história da preocupação com os problemas ambientais é bastante conhecida, e pode ser diferenciada, esquematicamente, em dois grandes períodos. O Período Romântico, que inicia com as mobilizações contra a destruição das florestas nos Estados Unidos e na Inglaterra no final do Século XIX, englobando a preocupação com a questão da erosão e desertificação relacionada ao aumento da mecanização das atividades agrícolas durante a década de trinta, estendendo-se até o final da década de cinquenta com preocupação com os efeitos da poluição atmosférica e seus impactos provocados, principalmente, nas áreas urbanas. Na década de sessenta, tem início o Movimento Ambiental Moderno, devido à comoção causada pela publicação de *Silent Spring* de Raquel Carson sobre os riscos de contaminação da cadeia alimentar por pesticidas, na década de setenta a preocupação transfere-se para os riscos relacionados a utilização da energia nuclear, e, durante a década de oitenta, esta preocupação com os problemas ambientais desloca-se para os chamados *Global Environmental Charge* (THOMASHOW, 1998).

Nesse sentido, a crescente percepção da crise ambiental por parte da opinião publica desencadeou um movimento de desconfiança e de oposição dos atores políticos e institucionais contra a dinâmica predominante de desenvolvimento industrial, e, conseqüentemente, sobre a própria sociedade moderna, evidenciado que a forma como define-se a sociedade define-se a natureza. Em outras palavras, os termos do debate sobre as relações sociedade/natureza foram radicalmente transformados pelo reconhecimento dos impactos globais provocados pelas atividades econômicas e sociais sobre o ambiente natural (SEITZ, 1999).

## **2 Estratégias de incorporação epistemológica da problemática ambiental na sociologia**

Até meados da década de setenta, a sociologia manteve-se inadvertidamente fechada para as questões das relações sociedade/natureza e dos

problemas ambientais. A abertura da sociologia à questão ambiental colocou os sociólogos frente a um problema epistemológico: como conceber cognitivamente um sistema de coordenadas conceituais que permitisse relacionar fatores sociais e fatores naturais? Os procedimentos empregados para caracterização das relações sociedade/natureza suscitaram muita controvérsia, o que permite a diferenciação de duas estratégias predominantes de recepção epistemológica: *o movimento de redefinição do estatuto disciplinar* e *o movimento de acomodação à tradição disciplinar*.

A primeira estratégia surge no final da década de setenta e está associada à ideia de que a problemática ambiental não pode ser satisfatoriamente interpretada dentro do quadro epistemológico convencional da sociologia. O diagnóstico que alimenta este movimento sustenta que a sociologia encontra-se irremediavelmente contaminada por um viés antropocêntrico e otimista que distorce a caracterização da sociedade e impossibilita a interpretação das implicações sociológicas da problemática ambiental. Entre os principais defensores desta posição encontram-se os sociólogos americanos William R. Catton e Riley E. Dunlap (FREUDENBURG, 1989). Para Catton e Dunlap, o desenvolvimento disciplinar da sociologia caracteriza-se por duas bifurcações: a primeira refere-se à distinção entre as influências do ambiente sociocultural e as do ambiente biofísico, ou seja, a primeira seria influenciada por valores antiecológicos (CATTON, 1979; CATTON; DUNLAP, 1980).

Segundo os autores, a esta visão de mundo ocidental fundamenta-se nos seguintes postulados: 1- pessoas são fundamentalmente diferentes de outras criaturas da terra, sobre as quais elas têm domínio; 2- pessoas são donas de seus destinos; elas podem escolher seus objetivos e aprender a fazer o que for necessário para atingi-los; 3- o mundo é vasto, e propicia oportunidades ilimitadas para os seres humanos; 4- a história da humanidade é uma história de progresso; para todos os problemas existe uma solução, e o progresso nunca precisa cessar (CATTON; DUNLAP, 1980). A posição subjacente a estes postulados baseia-se na ideia de que os fatores sociais e culturais constituem o contexto fundamental da atividade humana (FINOCCHIARO, 1993). Esta ênfase excessiva nas características

excepcionais dos seres humanos (antropocentrismo) e a crença que os impactos relativos ao esgotamento progressivo dos recursos naturais podem ser enfrentados com a tecnologia (otimismo), estariam impossibilitando a incorporação crítica dos problemas ambientais na sociologia.

Com base nessa análise, Catton e Dunlap sustentam que as diversas perspectivas teóricas que caracterizam a sociologia moderna como, por exemplo, funcionalismo, interacionismo simbólico, etnometodologia, teoria dos conflitos, marxismo, teoria dos jogos, entre outros, não permitem representar adequadamente os problemas ambientais, pois compreendem pequenas variações do mesmo “paradigma da excepcionalidade humana”. Para Catton e Dunlap, as premissas que caracterizam este paradigma compreendem: 1 – o ser humano é singular entre as criaturas da terra, pois tem uma cultura; 2- a cultura pode variar quase que infinitamente, podendo mudar muito mais rapidamente que as características biológicas; 3- muitas diferenças humanas são socialmente induzidas e não-inatas, podendo ser socialmente alteradas, eliminando-se diferenças inconvenientes; 4- acumulação cultural significa que o progresso pode continuar sem limites, possibilitando em última análise a solução de todos os problemas sociais (CATTON; DUNLAP, 1980).

Ao paradigma da excepcionalidade humana, Catton e Dunlap contrapõem o “novo paradigma ambiental”. Os principais pressupostos do paradigma ambiental giram em torno da ideia de que o que distingue a espécie humana é a sua relação biológica com o ambiente natural. 1- Mesmo que os seres humanos possuam características excepcionais (cultura, tecnologia, entre outros) eles permanecem uma entre muitas espécies que estão envolvidas interdependentemente no ecossistema global; 2 - Os negócios humanos são influenciados não somente por fatores sociais e cultura, mas também por intrincadas ligações de causa, efeito e retroalimentação na rede da natureza; assim ações humanas propositais possuem conseqüências indesejáveis; 3 – seres humanos vivem e são dependentes de um ambiente biofísico finito que impõe fortes restrições físicas e biológicas aos negócios humanos; 4 - Embora a inventividade dos seres humanos e os poderes derivados possam parecer capazes de ampliar a capacidade de suporte,

as leis ecológicas não podem ser ignoradas (CATTON, 1978; CATTON; DUNLAP, 1980).

As premissas que sustentam o novo paradigma ambiental indicam que os seres humanos não podem ser vistos somente como resultado de um processo sociocultural, mas também como um componente que modifica e é modificado pelo ambiente biofísico, ou seja, o novo paradigma ambiental destaca a relação de dependência que existe entre as sociedades humanas e os ecossistemas. Desta forma, procurou-se reorientar a sociologia para uma perspectiva mais holística que conceba os processos sociais dentro do contexto da biosfera.

A consideração destes fatores indica que a questão sobre qual convém focalizar a atenção não é tanto aquela de verificar a aplicabilidade empírica do paradigma ecológico (BUTTEL, 1992), mas sim se a distinção pode ser empregada como estratégia de redefinição disciplinar. Neste sentido, é preciso enfatizar que os princípios que orientam a crítica do paradigma do excepcionalismo humano e orientam a construção do novo paradigma ambiental não foram gerados no campo sociológico, mas em diversas tradições disciplinares. Para entender melhor os fatores que influenciaram o movimento de redefinição disciplinar, é preciso considerar o debate sobre os impactos da crise energética e de escassez de recursos que marcaram o início da década de setenta, bem como os significados da ecologia profunda.

A segunda estratégia de recepção epistemológica da problemática ambiental na sociologia surgiu durante a década de oitenta e consolidou-se durante a década de noventa. Esta estratégia compreende uma reação contra as implicações epistemológicas suscitadas pela tentativa de redefinição do campo disciplinar, proposta por Catton e Dunlap através da introdução do “novo paradigma”. Esta reação caracteriza-se pela revisão das teorias sociais clássicas, visando extrair subsídios para interpretação da problemática ambiental. Esta revisão seguiu em duas direções: por um lado, procurou demonstrar a importância da tradição clássica na interpretação da problemática ambiental e, por outro, procurou desenvolver estratégias de interpretação que não reduzissem a problemática ambiental à sua dimensão natural.

No que se refere ao primeiro eixo de interpretação, esta revisão compreende a retomada das contribuições de Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber, para a análise dos diversos aspectos da problemática ambiental. Entre os principais defensores deste movimento encontra-se a interpretação proposta por Frederick H. Buttel. Segundo o ponto de vista de Buttel, frente ao contexto de reducionismo e simplificação biológica que caracterizou o pensamento social do Século XIX a “teoria social de Marx, Durkheim e Weber, representava então um ‘progresso’ na descrição da estrutura e do processo de analogias biológicas” (BUTTEL, 1996); trata-se, portanto, de realçar a dimensão ambiental dos autores clássicos.

Com relação ao trabalho de Durkheim, Buttel destaca a importância da análise da “morfologia social” no desenvolvimento da ecologia humana, principalmente, do argumento de que a divisão do trabalho aumenta a adaptabilidade das sociedades mais populosas e densas ao seu meio ambiente. No trabalho de Marx, destaca a importância do debate sobre os fatores ambientais no desenvolvimento da crítica da economia política, principalmente, no que se refere às visões de população, locação do solo e economia dos recursos. Quanto aos subsídios de Weber, destaca a importância atribuída aos fatores ambientais no desenvolvimento histórico de certas sociedades (BUTTEL, 1992). Nesse sentido, conclui que Marx, Durkheim e Weber, cada qual a sua maneira, demonstraram interesse pelos problemas relacionados ao ambiente natural, subsidiando a construção de uma sociologia ambiental original. Quando examinadas em seu contexto, as análises de Marx, Durkheim e Weber compreendem uma rejeição das ideias simplificadas das relações sociedades e meio ambiente.

O segundo eixo de interpretação caracteriza-se pela tentativa de subordinar a análise dos problemas ambientais às estratégias convencionais de abordagem empregadas na análise de outros problemas sociológicos. Este eixo de interpretação possui muitas matrizes como, por exemplo, os conceitos de “riscos” (DOUGLAS; WILDAVSKI, 1982), “sociedade do risco” (BECK, 1996) e “modernização ecológica” (SPARGAAREN; MOL, 1992), mas quem conseguiu sistematizar esta posição epistemológica foi a síntese construtivista formulada por John A. Hannigan. A ideia básica

proposta por Hannigan consiste em mostrar que os problemas ambientais não existem por si mesmos, mas constituem o resultado de um processo de construção social multifacetado. Em vez de se caracterizar os problemas ambientais como entidades permanentes, são representados como visões fluentes que são baseados culturalmente e contestados socialmente. Trata-se do estudo dos dispositivos mediante os quais os processos de comunicação, processamento discursivo, orientação normativa, formam e transformam o debate ambiental. Deste ponto de vista, as relações sociedade e natureza e os problemas ambientais a elas relacionados, compreendem uma construção social que se exprime mediante uma variedade muito ampla da experiência negociada, estendendo-se das formas de representação mítica até a científica. Assim as definições ambientais podem diferir igualmente ao longo das linhas étnicas e de classe, variando de acordo com as circunstâncias históricas e experiências de vida compartilhadas (HANNIGAN, 2000).

### **3 Procedimentos metodológicos de abordagem da problemática ambiental**

Da confrontação entre estas duas estratégias de recepção epistemológica emerge a questão de como proceder metodologicamente para estudar a problemática ambiental da sociologia. Como os problemas de análise sociológicos não são entidades dadas ontologicamente, a sociologia procede metodologicamente por meio de um processo de construção conceitual de seu objeto de estudo. Este processo subentende disciplinarmente, um exercício ininterrupto de questionamento sobre seus fundamentos ou mesmo sobre a própria possibilidade do discurso sociológico. Somente mediante a adoção destes dispositivos metodológicos a sociologia alcança, ainda que provisoriamente, os fenômenos sociais de forma distinta do senso comum. Esta forma de construção do objeto fundamenta-se numa lógica diferenciada que caracteriza os fenômenos sociológicos através de uma separação entre o “mundo humano” e o “mundo não humano”.

Do ponto de vista metodológico, portanto, a natureza e a sociedade constituem dois mundos fechados e opostos, e a sociologia recorre ao

“mundo humano” (social) em contraposição ao “mundo não humano” (natural) para explicar os fenômenos sociológicos, reafirmando, assim, a irreduzibilidade do social. Como a problemática ambiental constitui um objeto de análise reconhecidamente multidimensional, a questão aberta pela guinada ambiental na sociologia é: como proceder metodologicamente para construir objetos de análise formados a partir de fatores naturais e fatores sociais? A consideração desta questão permite a diferenciação de duas posturas metodológicas predominantes.

A primeira postura metodológica enfrenta a questão da multidimensionalidade da problemática ambiental reduzindo a complexidade, seja a sua dimensão natural, seja a sua dimensão social. Considerando este procedimento, esta primeira postura comporta uma subdivisão que permite diferenciar duas estratégias distintas. No primeiro caso, o processamento metodológico da problemática ambiental se estabelece a partir do reconhecimento de seus fatores naturais como, por exemplo, os níveis de contaminação da água de determinado rio, a intensificação da destruição da camada de ozônio descrita por um satélite, a redução gradativa da população de uma determinada espécie animal, entre outros. Neste caso, para falar dos problemas ambientais, a sociologia necessita recorrer aos aportes extraídos das ciências naturais, pois a problemática ambiental é relacionada a um fenômeno físico. Um exemplo bastante conhecido deste tipo de procedimento compreende o trabalho de John L. Seitz sobre os problemas ambientais globais (SEITZ, 1999).

No segundo caso a problemática ambiental é considerada com base em seus fatores sociais, procurando caracterizar não o que são os problemas ambientais, mas porque eles existem em uma determinada sociedade, ou seja, os “efeitos sociais”. A ênfase nos fatores sociais desloca o eixo metodológico para a pesquisa dos fatores simbólicos ambientais como, por exemplo, as atitudes culturais com relação à natureza, pois a problemática ambiental não pode ser acessada diretamente, somente pela mediação da história e da cultura. Nesse sentido, enquanto no primeiro caso os fatores sociais que concorrem na formação dos problemas ambientais são submetidos a uma abordagem característica das ciências naturais que se limita à

determinação das relações de causalidade, no segundo caso, os fatores naturais são tratados segundo o modelo de interpretação das ciências sociais, na caracterização do seu significado.

Os impasses metodológicos suscitados pela incorporação da problemática ambiental na Sociologia exemplificam-se de forma ainda mais explícita na consideração da questão dos riscos ambientais. Por um lado, os riscos ambientais são caracterizados numa perspectiva “realista”, como impactos surgidos nos pontos de intersecção entre sociedade e natureza, estabelecidos pela lógica de apropriação e utilização dos recursos naturais. Deste ponto de vista, por exemplo, a poluição de rio é considerada um problema que independe da forma como os atores sociais representam a poluição, por outro, os rios ambientais são caracterizados como resultado de um processo de construção simbólica a partir das representações dos atores afetados. Aqui a poluição não é vista como um problema em si mesmo, mas a partir do ângulo dos atores.

Se o segundo caso for correto, a sociologia ignora a irreversibilidade e a validade de muitos problemas ambientais tornando-se ineficaz do ponto de vista prático. Mais precisamente, se enfatizarmos o factual transformamos o social num objeto calculável, se enfatizarmos o normativo convertemos o natural num espírito. Este inquietante olhar de Janus que se manifesta na interpretação da problemática ambiental na sociologia: a “observação científica” só vê na sociedade a natureza (naturalização causal do mundo) a “compreensão hermenêutica” só vê na natureza a sociedade (socialização significativa do mundo natural) (LATOURETTE, 1999).

A segunda postura metodológica caracteriza-se pela defesa de uma abertura interdisciplinar da sociologia. Se os procedimentos metodológicos de pesquisa não se explicam sem um trabalho específico de construção do objeto, este esforço não precisa limitar, necessariamente, as fronteiras de uma disciplina. Esta postura reflete a ideia de que a problemática ambiental pressupõe um procedimento de análise que não é acessível às abordagens de disciplinas isoladas, pois o enfoque disciplinar não consegue abranger as relações de multideterminação que constituem a problemática ambiental. Para não mutilarmos a compreensão das relações de reciprocidade que se estabelecem entre a dimensão

natural e dimensão social necessitamos assegurar sua caracterização simultânea, segundo escalas diferentes.

Deste ponto de vista, nenhuma disciplina encontra-se equipada metodologicamente para abordar um objeto de análise multidimensional, pois a tendência crescente à especialização inibe a consideração adequada da problemática ambiental. Para a superação desta perspectiva, recorreu-se à utilização de uma metalinguagem teórica unificada oferecida pela teoria dos sistemas, que apresentaria uma flexibilidade de se adequar às diversas tradições disciplinares. Com a adoção da teoria dos sistemas procurou-se forjar um formalismo suficientemente geral e preciso para unificar os diferentes campos do saber e colaboração entre as disciplinas. Aqui o esforço se concentra na tentativa de superar as dicotomias: sociedade/natureza, sujeito/objeto e sistema de produção/ambiental. Nesse caso, as distinções disciplinares são vistas como secundárias, cujo fundamento seria apenas contingencialmente histórico. As tensões que surgiram desta postura metodológica conduziram os defensores da abertura interdisciplinar a experimentar diversos arranjos, dentre os quais destaca-se a proposta de Marcel Jollivet, sobre as relações entre as ciências da natureza e as ciências da sociedade (JOLLIVET, 1992).

#### **4 Consideração da dimensão normativa da problemática ambiental**

A preocupação com os efeitos nocivos da destruição da natureza não é nova, mas até meados do século passado era vista apenas como uma preocupação elitista ou então como uma excentricidade acadêmica. Em meados da década de sessenta, contudo, a crise ambiental desponta como um novo problema político em quase todos os países industrializados. Neste período, os impactos negativos do padrão de desenvolvimento industrial (industrialização, concentração espacial, modernização agrícola, crescimento populacional e urbanização) sobre o ambiente natural tornam-se cumulativos. A percepção, por parte da opinião pública e do meio científico, dos riscos relativos à sobrecarga da capacidade de suporte assimilativa (crise ambiental) e regenerativa (crise ecológica) do ambiente natural provocada pela manutenção e

expansão do padrão predominante de desenvolvimento socioeconômico (GOODLAND, 1992), despertou a sociologia para o debate sobre as estratégias de confrontação da crise ambiental.

Este debate sobre as estratégias de confrontação da crise ambiental compreende as controvérsias geradas pela introdução da ideia de “defesa do meio ambiente”, “salvação da natureza”, “defesa dos valores verdes” na esfera pública. Essa preocupação com a crise ambiental passou a exercer uma influência crescente sobre os diversos níveis de decisão política como, por exemplo, nos processos de alinhamento, formulação, decisão e implementação das políticas tanto no nível governamental como junto ao setor privado. No contexto de generalização desta preocupação, como a sociologia pode contribuir para enfrentar a problemática ambiental? A transformação dos problemas ambientais numa questão política torna possível identificar dois programas normativos de confrontação dos riscos relacionados ao agravamento da crise.

A primeira estratégia de gestão da crise pode ser caracterizada como a tentativa de integrar o “homem” a “natureza”, adaptar nosso sistema de produção às exigências de preservação para evitar que a natureza desapareça, ou seja, ajustar o sistema de produção à capacidade de suporte ambiental. Nas mobilizações que se seguiram a transformação do movimento ambientalista em ações sobre os riscos da deterioração de ambientes naturais em dimensões globais para própria civilização humana e, por outro lado, aos debates que sucederam a realização da Conferência de Estocolmo, publicação do relatório do Clube de Roma e, mais recentemente, as conferências do Rio de Janeiro, do Cairo e de Copenhague configuram uma enorme variedade de formulações de reforma do estilo de desenvolvimento. Nesse sentido, apesar das diferenças que apresentam entre si, tanto na defesa de uma ética biocêntrica introduzida pela *Deep Ecology* (DOYLE, MCEACHERN, 1998), passando pela tentativa de compatibilização dos princípios de justiça social, prudência ecológica e eficiência econômica pelo *Ecodesenvolvimento* (SACHS, 1992).

Até a ideia de solidariedade transgeracional introduzida pela noção de *desenvolvimento sustentável* (COMISSÃO Mundial sobre o Meio

Ambiente e Desenvolvimento, 1991), estas propostas compartilham do propósito subjacente de estabelecer regras para um convívio harmonioso com a natureza, variando no grau de intensidade e em como este processo deve se estabelecer. Assim, a maior parte das intervenções sociológicas no domínio normativo adota esta postura, pois concentram-se na crítica ou na adequação destas estratégias de gestão da problemática ambiental. Como a sociedade inverteu a relação de forças com a natureza, é necessário recolocar o homem na natureza.

A segunda estratégia de gestão inverte esta relação e se caracteriza pela tentativa de colocar a “natureza” na “sociedade”; nesse sentido, a conservação da natureza não seria possível porque estaríamos observando o “fim da natureza”. A ideia de fim da natureza possui duas origens principais. A primeira e mais conhecida formação foi introduzida por Ulrich Beck para caracterização da sociedade do risco. Para Beck, o fim da natureza externa refere-se às mudanças processadas nas relações entre sociedade/natureza nas condições de modernização reflexiva, o que, em seu ponto de vista, desencadeia três grupos de transformações. O primeiro refere-se ao fim da natureza entendida como um sistema natural intocado e independente do homem; o segundo está relacionado a um processo que se reproduz naturalmente, pois muitos aspectos deste processo têm sido submetidos ao controle humano por meio de dispositivo científico; e o terceiro refere-se à capacidade de “melhoramento” através do emprego da biotecnologia e da engenharia genética (BECK, 1996).

Uma segunda fonte da ideia de fim da natureza pode ser encontrada na reformulação da ideia de ecologia política promovida por Bruno Latour. Para isso é necessário suspender a operação dos aparelhos no qual são formadas nossas imagens de natureza. A ciência, por exemplo, procura convencer que não existe outra versão de natureza do que aquela codificada cientificamente, caso contrário correríamos o risco de perder o contato com a realidade exterior. A armadilha consiste em negar a todos que contestam a exterioridade da ciência o direito de falar de uma realidade exterior; os que duvidam da ciência devem se contentar com as “convenções sociais” e o “simbolismo” (LATOURE, 1999). Estas formulações sugerem que nós

habitamos uma natureza humanizada e, portanto, a gestão da problemática ambiental passa pela explicação deste processo de socialização da natureza.

## 5 Considerações finais

A consideração do processo de incorporação da problemática ambiental na sociologia apresenta resultados discrepantes, muitas vezes antagônicos, e essas divergências dizem respeito tanto à complexidade da análise de objetos de estudo multidimensionais, quanto à aplicação de diversas plataformas epistemológicas, metodológicas e normativas. Nesse sentido, na primeira seção, consideramos os impasses gerados pela incorporação da problemática ambiental na sociologia. Na segunda, distinguimos duas estratégias de recepção epistemológica: o movimento de redefinição do estatuto disciplinar e o movimento de acomodação à tradição disciplinar. Na terceira, diferenciamos os procedimentos metodológicos de abordagem: a lógica diferencial de construção do objeto e a lógica interdisciplinar de construção do objeto. Na quarta, apresentamos os parâmetros normativos de intervenção: ensinar a sociedade a conviver com a natureza ou abandonar a natureza.

Assim, frequentemente, nos deparamos com análises que se posicionam epistemologicamente segundo o movimento de redefinição disciplinar, recorrem a uma metodologia construtivista, e sustentam, normativamente, o desenvolvimento sustentável. Em nosso ponto de vista estes dilemas com os quais a sociologia se defronta na análise da problemática ambiental não têm solução dentro dos parâmetros cognitivos convencionais e controversias, se a sociologia não quiser assumir uma posição estruturalmente auxiliar na abordagem da problemática ambiental ela deverá atentar para sua própria história, estabelecendo uma redefinição de sua identidade disciplinar.

O primeiro passo para abordagem sociológica da problemática ambiental consiste em estabelecer uma análise sociológica da produção do conhecimento sobre a questão ambiental: toda sociologia ambiental é antes uma sociologia do conhecimento ambiental. Um segundo passo compreende a necessidade de empregar uma dupla ruptura metodológica: com o “senso comum” que atribui à problemática

ambiental fatores físicos e com “senso comum sociológico” que caracteriza os fenômenos sociológicos com base numa separação entre sociedade e natureza.

### Referências

- BECK, U. **Risk society: towards a new modernity**. London: SAGE, 1996.
- BEN-DAVID, J. **O papel do cientista na sociedade: um estudo comparativo**. São Paulo: Pioneira; EDUSP, 1974.
- BILLAUD, J. P. La sociologie: entre critique et ingénierie sociales. In: JOLLIVET, M. (Éd.) **Sciences de la nature, sciences de la société, les passeurs de frontières**. Paris: Editions du CNRS, 1992. pp. 167-193.
- BUTTEL, F. H. A sociologia e meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. **Perspectivas**, São Paulo, n. 15, p. 69-94, 1992.
- BUTTEL, F. H. Environmental and resource sociology: theoretical issues and opportunities for synthesis. **Rural Sociology**, n. 61, p. 56-76, 1996.
- CATTON, W. R.; DUNLAP, R. E. A new ecological paradigm for post-exuberant sociology. **American Behavioral Sociology**, v. 24, n. 1, p. 15-47, set./oct., 1980.
- CATTON, W. R. Environmental sociology. **Annual Review Sociological** v. 5, p. 243-273, 1979.
- CATTON, W. R. Environmental sociology: a new paradigm. **The American Sociologist**, v. 13, p. 41-49, 1978.
- COMISSÃO mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- DICKENS, P. **Society and nature: towards a green social theory**. London: Harvester & Wheatsheaf, 1996.
- DOYLE, T.; McEACHERN, D. **Environment and politics**. London: Routledge, 1998.
- DOUGLAS, M; WILDAVSKY, A. **Risk and culture: an essay on the selection of technological and environmental dangers**. Los Angeles: University of California Press, 1982.
- FINOCCHIARO, E. Scienze sociali e questione ambientale. **Sociologia: Revista di Scienze Sociali Dell'istituto Luigi Sturzo**, Roma, p. 301-356, 1993.
- FREUDENBURG, W. R. The emergence of environmental sociology: contributions of Riley E. Dunlap and William R. Catton Jr. **Sociological Inquiry**, Austin, v. 59, n. 4, p.439-452, nov. 1989.
- GOODLAND, Robert. The case the World has reached Limits. **Population and Environment**, V. 13, N. 3, Mar., pp 167-182, 1992.
- HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la accion comunicativa: racionalidade de la accion y racionalizacion social**. Madrid: Taurus, ediciones, 1987.
- HANNIGAN, J. A. **A sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa. Instituto PIAGET, 2000.
- JOLLIVET, M. **Sciences de la nature, sciences de la société: lês passeurs de frontieres**. Paris : CNRS Éditions, 1992.
- LATOUR, B. **Politiques de la natureza: comment faire entrer lês sciences em démocratie**. Paris: La Decouvert, 1999.
- REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. **The international handbook of environmental sociology**. Northampton: Edward Egar, 1997.
- SACHS, I. Ecodesenvolvimento: 1972-1992. In: MAIMON, Dália. **Ecologia e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: APED, 1992.
- SEITZ, J. L. **Questões globais: uma introdução**. Lisboa: PIAGET, 1999.
- SPARGAAREN, G; MOL, A. J. P. Sociology, environment, and modernity: Ecological modernization as a theory of social change. **Society & Natural Resources: An International Journal**, v. 5, n. 4, p. 323-344, 1992.
- THOMASHOW, M. **A identidade ecológica: torna-se um ambientalista reflexivo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- WALLERSTEIN, I. **Impenser la Science sociale: pour sortir du XIX Siècle**. Paris: PUF, 19991
- WALLERSTEIN, I. **Para abrir as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1996.